



IX SEMINÁRIO DE ESTÁGIO

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Neylara Gomes Soares¹, José Augusto Silva Freire¹, Thaynã Alves Bezerra¹

E-mail: gomesneylara@gmail.com

¹Departamento de Educação Física/Universidade regional do cariri

Resumo: Este artigo trata-se de um relato de experiência sobre um trabalho realizado com alunos de faixa etária diferentes e com algum tipo de deficiência, durante o estágio supervisionado adaptado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) localizada no Juazeiro do Norte-CE. O objetivo deste artigo é relatar as experiências e dificuldades dos estagiários frente a ministrar aulas com pessoas com deficiência (PCD), citando como as principais dificuldades o saber diagnóstico do tipo e nível de sua deficiência dificultando o planejamento das aulas, o planejamento na parte de como afeta diretamente todos os pontos da aula sendo eles o aproveitamento e a progressão dos alunos nas suas capacidades e a estratégia de ensino de como afeta a participação e a compreensão dos alunos nas atividades e como todas estas dificuldades estão interligadas dificultando a construção dos planos de aula. O artigo tem como perspectiva demonstrar o planejamento como a parte fundamental no processo de criação e desenvolvimento das aulas citando as principais dificuldades encontradas e de como foram superadas pelos estagiários durante a realização do estágio supervisionado. Esta experiência nos permitiu ter uma visão mais holística, podendo assim compreender que devemos adaptar as aulas de acordo com o nível do grupo assim podendo preparar planos de aula e de ensino mais eficientes, esta vivência nos proporcionou um conhecimento para a nossa formação como pessoa e futuros profissionais de educação física.

Palavras chaves: Educação Física, deficiência, planejamento, estágio.

INTRODUÇÃO

A educação física (EF) apresenta papel importante dentro do ambiente escolar, contribuindo para desenvolvimento motor, cognitivo e também social dos alunos.



Segundo Darido¹, a prática da EF tem um papel de desenvolver aspectos individuais e coletivos, além de trabalhar o desenvolvimento motor, a aptidão física e o bem-estar social. Adicionalmente, educação inclusiva pode ser definida como o desenvolvimento de uma educação apropriada e de alta qualidade para alunos com necessidades especiais na escola regular². A prática pedagógica de EF permite incluir alunos com deficiências físicas e mentais. Nessa perspectiva, adaptações nas atividades desenvolvidas são realizadas afim de incluir todos os alunos nas aulas

As atividades proporcionadas pela EF Adaptada devem oferecer atendimento especializado aos alunos com diferentes necessidades, respeitando as características individuais, visando proporcionar o desenvolvimento global dessas pessoas, tornando possível não só o reconhecimento de suas potencialidades, como também, sua integração na sociedade³. Contudo, para que o professor de EF seja capaz de alcançar tais objetivos, é necessário um conhecimento prévio dos alunos, as especificidades de cada deficiência, bem como o agravamento dessas deficiências em cada um dos alunos. Nessa direção, o planejamento das aulas requer maior atenção e cuidado. O planejamento se apresenta como uma das dificuldades encontrada pelos professores para a realização de aulas para pessoas com deficiência Segundo Fontana et al⁴., o planejamento para pessoas com deficiência deve ser individualizado, considerando a especificidade de cada aluno.

Nesta direção, capacitar os professores parece ser o primeiro passo para que haja a inclusão escolar. De modo geral, é um fator que assegurará o progresso, a qualidade e a manutenção de todos os alunos na escola, já que, preparado, o professor terá competência para avaliar qual tipo de intervenção vai favorecer o desenvolvimento dos alunos⁵. Nesta direção, o estágio curricular supervisionado se configura como uma importante ferramenta de capacitação profissional.

O estágio curricular supervisionado é de caráter obrigatório, como descrito no inciso 1º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008⁶. Sendo bastante importante para o desenvolvimento profissional do aluno, possibilitando uma experiência que agregue na formação do discente de forma mais eficaz preparando-o para o mercado de trabalho. Nessa perspectiva, o presente artigo trata de um relato de experiência sobre o estágio supervisionado em educação adaptada, realizado na APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) da cidade de Juazeiro do Norte-Ce. Apresentamos como objetivo



relatar o planejamento das aulas, a intervenção proposta, as dificuldades em seguir o planejamento e os caminhos encontrados para superação de tais dificuldades.

PRINCIPAIS PERCEPÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio foi realizado na APAE do Juazeiro do Norte, localizado na Avenida Leão Sampaio ao lado da Unileão, no período da tarde dando início no dia 12 maio de 2022 e finalizado no dia 20 de junho de 2022 somando ao todo 24horas/aula. O público alvo foram alunos com múltiplas deficiências e com idades distintas de 4 a 55 anos.

O primeiro dia de aula foi no dia 12 de maio de 2022 e foi determinado como dia de observação, as aulas eram divididas de duas formas, a primeira aula e a segunda eram destinadas a um tempo de lazer na piscina onde a APAE possuía duas, uma pequena e mais rasa e uma de tamanho médio e mais funda, a terceira aula que era depois do intervalo eles ficavam em sala fazendo alguma atividade determinada pela professora. Já nesse primeiro momento de observação, nos foi solicitado ajudar a professora em sua aula, o que nos proporcionou um contato mais direto com os alunos. Nesse primeiro momento, percebemos que as professoras aplicavam atividades mais simples e que, elas não tinham um planejamento prévio e os alunos acabavam jogando algum jogo de dominó ou desenhando até dar o horário de ir para casa.

As próximas semanas foram destinadas para a nossa atuação nas aulas, a primeira imprevisibilidade que ocorreu foi exatamente sobre os planos de aula que seriam aplicados na piscina. Com a falta de comunicação, só ficamos sabendo da impossibilidade de utilizarmos a piscina ao chegarmos na APAE para a aula, assim nosso primeiro desafio foi ministrar três aulas para crianças e adultos com diferentes deficiências, sem nenhum planejamento. Além disso, a rotatividade nas aulas fazia com que a cada aula tivéssemos novos alunos, assim, os alunos que conhecemos na semana de observação não foram os mesmos a participarem das aulas dessa semana.

A grande parte das atividades que realizamos na APAE, trabalhava a coordenação motora, pois ela ajuda na maioria das atividades diárias do nosso dia-a-dia. A coordenação motora é a forma de ordenar e organizar diversas ações motoras em função do objetivo ou tarefa motora, tendo em consideração os graus de liberdade do aparelho motor, as fontes de variabilidade condicionadas ao contexto da sua realização, assim como a modelação ou sintonização das estruturas coordenativas pela informação perceptiva. De



acordo com Morato et al⁷., acredita-se que, através dos apoios necessários a cada um dos indivíduos com deficiência, se possa melhorar efetivamente as suas capacidades funcionais. Auxiliando em várias atividades que foram trabalhadas nas aulas como: acertar em alvos, bolinha de sabão, vôlei com bexiga, puxando o objeto com barbante e tempo de reação.

O grupo que trabalhamos na piscina ele era bem heterogêneo e era necessário que fosse dividido em dois grupos, sendo mais fácil o controle e o auxílio nas atividades que fossem realizadas. Tendo como importância a prática e a participação das atividades aquáticas, pois elas podem auxiliar os participantes a enfrentar os problemas, a ter sucesso, a alcançar metas, se socializar, proporcionando melhor qualidade de vida⁸. O professor deve selecionar experiências motoras apropriadas, que sejam desafiadoras e corretamente sequenciadas e, também, auxiliar os indivíduos a alcançarem uma boa autoimagem, encorajando-a a estabelecer expectativas razoáveis de si mesma e definindo claramente suas intenções⁹.

Contudo, aquele momento na piscina os indivíduos não encaravam como aula, mas apenas como momento de lazer e relaxamento, acabando não acolhendo as atividades propostas. Segundo Burkhardt¹⁰, os benefícios da atividade aquática se dividem em três aspectos: físicos ou fisiológicos (cardiovascular, circulação sanguínea), psicossociais (interações, trabalho em grupo) e cognitivos. Entretanto, a falta desse momento acarreta em um acomodamento da aula como lazer e não como forma de aproveitar com atividades que ajudassem no desenvolvimento de pessoas com deficiência.

As principais dificuldades encontradas desde o início do estágio foi a falta de comunicação com a APAE em nos fornecer informações fundamentais para a estruturação do planejamento específico para cada deficiente, como também, a falta de divisão entre os níveis motores. Assim, desencadeando todos os outros problemas enfrentados pela frente, como falta de atenção, dificuldade na socialização e desempenho das atividades propostas.

Segundo Baú¹¹, o aluno deficiente exige do professor maior atenção em relação à sua prática, tendo em vista que não pode deter-se aos planejamentos convencionais. Sendo necessárias novas e diferentes formas de planejar e executar as atividades didáticas para atender as especificidades do aluno deficiente. Com o auxílio das informações



básicas de cada aluno é possível a criação de planos de aulas adequados para cada deficiência, assim, facilitando a estruturação do plano.

Todos os alunos estavam com níveis distintos de condicionamento motor, dificultando a realização de algumas atividades, consequentemente fazendo com que acabássemos realizando atividades totalmente distintas para níveis motores diferentes, tendo que dividi-los na mesma aula com duas atividades, dessa forma, impossibilitando a socialização entre os mesmos. Strapasson¹², ressalta que é importante considerar as condições físicas momentâneas para separa-los em níveis, dividindo assim em 3 níveis: nível 1, estimulação motora; nível 2, estimulação das habilidades básicas; nível 3, estimulação específica e iniciação esportiva. Dessa forma, instigando uma melhora no desenvolvimento motor deles, como também, facilitando uma maior interação, pois eles não vão se sentir envergonhados ou de alguma forma desconfortáveis na realização das atividades propostas.

Assim, permitindo que o indivíduo se manifeste nas aulas de EF sua personalidade, diante de um vínculo criado com o grupo, por meio de seus movimentos, gestos e ações, demonstrando suas dificuldades e anseios e o seu modo de agir¹³. Contribuindo para melhores desempenhos nas aulas de EF para pessoas com deficiência, trazendo a socialização como um meio de ser trabalhado nas aulas e fazendo com que ele seja ele mesmo, construindo um lugar mais aconchegante para ser trabalhado.

Na pesquisa feita por Fiorini e Manzini¹⁴, sobre a inclusão de alunos com deficiência na aula de EF foram identificadas oito categorias de dificuldades, que foram: atribuídas a formação, a questão administrativa escolar, o aluno, o diagnóstico, a família, o recurso pedagógico, a estratégia de ensino e a educação física. Enquanto isso, nas dificuldades atribuídas ao aluno foram relatados quatro, as características decorrentes do tipo e nível da deficiência, quanto a participação dos alunos, alguns alunos não aceitavam as adaptações realizadas nas atividades, e muitos tinham dificuldades para compreender e entender as atividades.

As dificuldades encontradas pelos autores se assemelham com as nossas, pois tivemos dificuldades tanto com o diagnóstico como na estratégia de ensino. A respeito do aluno, tivemos algumas dificuldades, como a participação, dificuldade na compreensão das atividades e muito menos informação do tipo e nível de deficiência do público que



seria trabalhado. Apesar disso, tínhamos materiais que nos ajudaram na realização de todas as atividades por conta da estrutura da instituição.

CONCLUSÃO

Durante o estágio percebemos que as atividades que planejamos tinham que se adequar para qualquer público que aparecesse, pois nunca sabíamos com quais alunos iríamos trabalhar, dificultando o processo de criação do plano de aula pois cada plano sempre deve ser feito com base nas deficiências que os alunos possuem para que possamos ajudar com o desenvolvimento motor, intelectual e social dos mesmos, a estratégia que utilizamos foi de preparar planos de aula totalmente flexíveis que pudessem acolher diversos tipos de deficiências.

Conforme a literatura, sugerimos que a formação de turmas para o atendimento em EF, proposta pela APAE considere, além da idade cronológica do aluno para a inserção nas respectivas fases, o seu padrão funcional que é a capacidade de compreensão dos estímulos e de execução dos movimentos propostos¹⁵. Acreditamos que dessa forma, os professores e estagiários poderão preparar planos de aula e de ensino mais eficientes, e assim a proposta de melhorar as capacidades físicas e intelectuais dos alunos com deficiência por meio da prática de atividade física, seja uma realidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a APAE por nos permitir fazer a realização do estágio, a professora Thaynã por ser a nossa orientadora nos norteando na construção deste artigo e ao meu coautor que foi uma peça fundamental neste processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 - DARIDO, Suraya Cristina. "Diferentes concepções sobre o papel da educação física na escola." Cadernos de Formação: Conteúdos e Didática de Educação Física, São Paulo 1 (2012):34-50.
- 2 – HEGARTY. Integration and the Teacher In: MEYER, C. J. W. ; PIJL, S. J. ; HEGARTY, S. (Eds.). New perspectives in special education: a six country study of integration. London : Routledge, 1994.
- 3 - DUARTE, E; LIMA, S. T. Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.



- 4 - FONTANA, E. C; CRUZ, G. C; PAULA, L. A. "Plano Educacional Individualizado: uma estratégia de inclusão e aprendizagem nas aulas de Educação Física." *Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional* 9.2 (2019): 118-131.
- 5 - GORGATTI, M. G; COSTA, R.F. Atividade Física Adaptada. Barueri - Sp: Manole, 2005.
- 6 - BRASIL. "Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008—dispõe sobre o estágio de estudantes." *Revista Segurança Urbana e Juventude* (2009).
- 7 - MORATO, P.; DINIS, A.; FERNANDES, C.; ALVES, C.; GONÇALVES, P.; LIMA, R.; MARQUES, S. (1996). Mudança de Paradigma na Concepção da Deficiência Mental. *Revista Integrar*, 9, 5-14.
- 8 - TOLOI, G. G. (2005). Atividades aquáticas adaptadas. In: E. Mauerberg-decastro (Org.), *Atividade física adaptada*. (pp. 327-360). Ribeirão Preto: Tecmedd.
- 9 - GALLAHUE, D.; OZMUN, J. (2005). *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos*. São Paulo: Phorte.
- 10 - BURKHARDT, R; ESCOBAR, M. O. *Natação para portadores de deficiências*. In: Coleção Educação Física Fundamentação nº 8 Rio de Janeiro: ao livro técnico, 1985
- 11 - BAÚ, M. A. Formação de Professores e a Educação Inclusiva. *RECIT*. v.02, n. 10, 2014
- 12 - STRAPASSON, A. M; CARNIEL, F. A educação física na educação especial. **Revista Digital, Buenos Aires**, ano, v. 11, p. 1-17, 2007.
- 13 - SANTANA, E. W. A importância da educação física no desenvolvimento da criança, Faculdade Metodista Granbery, São Paulo, 2012.
- 14 - LARA, F. M; PINTO, C. B. G. C. A importância da educação física como forma inclusiva numa perspectiva docente. *Universitas: Ciências da Saúde*, v. 15, n. 1, p. 67-74, 2017
- 15 - GORGATTI, M. G; DE ROSE JR, D. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. **Movimento (Porto Alegre)**, v. 15, n. 2, p. 119-140, 2009.

.